

Salário mínimo em SP deve subir 5,8%, chegando à R\$ 1.640

Na semana em que foi celebrado o Dia do Trabalhador (1º de maio), o governador Tarcísio de Freitas enviou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) a proposta que reajusta o salário mínimo estadual para R\$ 1.640. Segundo a Alesp, o projeto deve começar a tramitar na semana que vem, com urgência.

"Nossa gestão tem o compromisso de promover mais dignidade para a população, e o aumento na remuneração tem impacto direto nesse propósito. Mais uma vez, nossa proposta é que o piso estadual tenha aumento real acima da inflação. Contaremos com os deputa-

dos estaduais para que o salário mínimo paulista de R\$ 1.640 seja aprovado com celeridade", afirmou Tarcísio. De acordo com o Governo de SP, o valor é 16,1% acima do salário mínimo federal, que é R\$ 1.412, e representa um aumento de 5,8% em comparação ao atual valor praticado no Estado.

São Paulo foi uma das unidades da federação com maior saldo na geração empregos no mês de março, foram 76.941 postos. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados na terça (30) de abril, pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

No País, foram 244.315 empregos com carteira assinada no mês de março. No acumulado do ano (janeiro a março deste ano), o saldo foi positivo em 719.033 empregos, o que representa um aumento de 34% em relação aos três primeiros meses do ano passado.

Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, em seu pronunciamento na TV, na terça (30) de abril, este foi o melhor resultado do Caged para o mês de março desde 2020.

No ABC, foram abertas 1.915 vagas formais no mês de março, totalizando 4.632 novos postos de trabalho com carteira

assinada. As sete cidades da região registraram saldo positivo no mês de março. Em São Bernardo, foram gerados 1.879 novos empregos, seguido por Santo André (+1.081), São Caetano (+66), Diadema (+530), Mauá (+296), Ribeirão Pires (+196) e Rio Grande da Serra (+15).

Igualdade Salarial - Durante coletiva de imprensa para apresentar dados do Caged, na terça (30) de abril, o ministro Luiz Marinho afirmou que a empresa que omitir dados sobre igualdade salarial será fiscalizada.

"Se tem coisa a esconder, vamos olhar. Essas empresas terão nossa atenção. E se

trata de tão poucas, que nos aguardem a atenção. Mas elas podem, ainda, se quiserem, voltar atrás. Estamos abertos a dialogar. Esses segmentos que não nos procurarem para o diálogo receberão a visita do auditor-fiscal para observar o que é que eles querem esconder".

A Lei da Igualdade Salarial, sancionada em julho de 2023, torna obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres quando exercerem trabalho equivalente ou a mesma função. As regras valem para empresas com 100 ou mais empregados e que tenham sede, filial ou representação no Brasil.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha do ABC - São Bernardo do Campo/SP

Seção: Capa **Página:** 1